

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 SME**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 SME**

A **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**. O suporte para apoio tecnológico, estará disponível no site <http://www.licitanet.com.br> O objeto trata da **seleção de proposta mais vantajosa para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos**. O Pregão será conduzido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria nº 074/2025**, e será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda no que compete a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais que regulamentam o tema em âmbito local, e demais normas pertinentes.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

---

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, de forma online por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, designado por ato da autoridade competente, denominado Agente de Contratações, na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo <http://www.licitanet.com.br> (Provedor)
- 1.3. **INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:** às 09:00 do dia 03/03/2026
- 1.4. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08:00 do dia 17/03/2026
- 1.5. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** às 09:00. do dia 17/03/2026.
- 1.6. **MODO DE DISPUTA:** para fins de realização da fase de lances, será adotado o modo de disputa ABERTO.
- 1.7. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, o Licitante poderá formular consultas, pelo e-mail [pregaorioformoso2021@gmail.com](mailto:pregaorioformoso2021@gmail.com), ou no endereço descrito no item seguinte, informando o número do Pregão Eletrônico citado no preâmbulo, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão.
- 1.8. **LOCAL DO PREGÃO:** em ambiente virtual com apoio da plataforma <http://www.licitanet.com.br>. Na oportunidade de realização da sessão pública, a equipe reunir-se-á na sala da comissão de licitações, na Praça Agamenon Magalhães, s/nº, Centro, CEP: 55.570-000, Rio Formoso/PE.
- 1.9. Agente de Contratação (Pregoeiro): Alef Gomes Monteiro - Equipe de Apoio: Robério Melo de Oliveira e Tatiana Carla Araújo da Paz, conforme Portaria nº 074/2025.
- 1.10. O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.
- 1.11. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública obedecerão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.12. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

1.13. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da sessão.

1.14. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

1.15. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

1.16. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada da sessão pública, através do Sistema <http://www.licitanet.com.br>.

## **2. DO OBJETO**

---

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de proposta mais vantajosa para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Para a consecução dos objetivos, a totalidade do objeto contempla:

- a) **Climatização:** Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos;
- b) **Insumos:** Fornecimento de mão de obra especializada, peças, suprimentos e componentes (originais ou compatíveis), necessários à execução dos serviços em sistemas de climatização e condicionamento de ar, conforme especificações do Edital e seus anexos.

2.3. O objeto estará subdividido(s) em LOTE(S), conforme descritivo constante no Termo de Referência.

2.4. A opção pelo Lote justifica-se pela necessidade de garantir a padronização e uniformidade. A fragmentação do objeto entre diferentes fornecedores geraria riscos técnicos de incompatibilidade, dificultando a apuração de responsabilidades.

O objeto estará subdividido em **LOTES**, conforme descritivo constante no Termo de Referência, facultando-se ao(s) interessado(s) a participação no(s) lote(s)/item(ns), aos quais manifeste interesse.

2.4.1 A presente justificativa fundamenta a escolha do critério de julgamento por **LOTES** para o Processo Licitatório nº 005/2026 - Educação, Pregão Eletrônico nº 003/2026, cujo objeto é "o Registro de Preços, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, com vistas à seleção de proposta mais vantajosa para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de

peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos."

Quanto à junção de itens em lotes, apresentamos os seguintes argumentos e fundamentos:

A Súmula nº 247 do TCU determina que: "

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (Grifos Nossos)

Tem-se que os processos, em regra, sejam realizados com julgamento por item, a fim de preservar a competitividade.

Todavia, esse julgamento no processo em questão causaria imensuráveis prejuízos ao conjunto ou complexo da licitação (questões técnicas) e/ou para a economia de escala (questões econômicas). Assim, desde que devida e amplamente justificado, é perfeitamente possível o agrupamento de itens em lotes, desde que tal ação não resulte em restrição à competitividade ou ainda, propicie uma redução de licitantes, o que geraria prejuízos à administração pública.

Na própria súmula 247/2009 do TCU, utilizada como fundamento pela equipe técnica, ela faz ressalvas quanto às licitações por itens "desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala", ou seja, estando presente quaisquer das hipóteses acima descritas, JUSTIFICA-SE o procedimento por agrupamento em lotes.

No Informativo de Licitações e Contratos nº 147 do Tribunal de Contas da União, Sessões: 9 e 10 de abril de 2013 do Plenário, no item 5, decidiu-se que:

"É lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si."

No caso específico da manutenção preventiva e corretiva e fornecimentos de peças, entendemos que:

Eficiência administrativa: Lidar com um único fornecedor para o lote que guarda a mesma relação entre si, diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, incluindo o fornecimento de peças serviços;

Economia de escala: O agrupamento em lotes propicia economia de escala, permitindo que os fornecedores ofertem preços mais vantajosos ao conjugar diversos itens em um mesmo contrato;

Otimização logística: A gestão de fornecimento de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado por um único fornecedor (por lote) evita descompassos no fornecimento, substituição e manutenção dos mesmos;

Redução de custos indiretos: A divisão em lote propicia um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um número excessivo de chamadas, homologações, extratos de contrato, além da economia de tempo e agilidade na prestação dos serviços solicitados.

No Acórdão 2407/2006 - Plenário, o TCU reconheceu que:

"Como é sabido, a regra do fracionamento da contratação deve ser aplicada nas hipóteses em que isso for possível e representar vantagem para a Administração. Essa medida visa a ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que a redução do porte das aquisições ampliaria o universo de possíveis interessados na disputa.

Essa regra, contudo, poderá ser mitigada em face de limites de ordem técnica, ou seja, o fracionamento em lotes deverá respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado.

Além disso, o fracionamento da contratação poderá também esbarrar em impedimentos de ordem econômica, os quais se relacionam com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Logo, nas situações em que pode ocorrer o aumento dos custos para o Poder Público, não caberá falar em fracionamento, uma vez que é a sua finalidade é a redução das despesas administrativas." (Grifos Nossos)

A licitação por lote é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade na execução do objeto, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador do lote. Assim, tem-se por vantagem aferível o maior nível de controle pela Administração na entrega dos insumos e dos serviços, maior interação entre as diferentes fases da execução do objeto, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do objeto em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados.

As peças e serviços a serem adquiridos possuem mesma natureza e guardam relação entre si, assim, sendo licitamente possível o seu agrupamento em lotes. Ademais, a pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem o objeto proposto, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

Assim, justifica-se a abertura da presente licitação na modalidade pregão eletrônico realizada por este município, com critério de julgamento por lote, o que indubitavelmente proporciona uma melhor redução de custos e maior eficiência administrativa.

2.5. A não adoção da reserva de cota se justifica nos moldes do art. 49 da mesma lei, que trata das situações em que há previsão para a não aplicação do referido dispositivo, a saber:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

O julgamento da licitação deverá ser por lotes, para melhor gestão dos contratos pois o fornecimento e serviços dos materiais, necessitam ser executados por um único fornecedor, considerando os seguintes aspectos técnicos e operacionais:

- **Padronização e Compatibilidade Técnica**

A fragmentação do fornecimento e serviços entre diferentes fornecedores pode resultar na má qualidade do resultado na entrega dos produtos, o que comprometeria a objetivo final.

- **Facilidade na Gestão do Contrato e Assistência Técnica**

A contratação de um único fornecedor possibilita maior controle sobre o fornecimento e serviço, reduzindo a complexidade administrativa na gestão dos contratos, incluindo processos de entrega, faturamento e fiscalização. Além disso, um único



fornecedor facilita a responsabilização quanto às entregas, e substituição de produtos, evitando falhas decorrentes da multiplicidade de contratos.

Justifica-se ainda pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade no fornecimento e serviços, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

- **Risco Reduzido de atraso na Entrega**

O fornecimento das mercadorias exige pontualidade na entrega, evitando riscos operacionais decorrentes no resultado final. A aquisição fracionada pode afetar a entrega ou até impossibilitar o uso adequado dos itens, afetando a continuidade da assistência.

Dessa forma, diante dos fundamentos expostos, verifica-se que a adoção do critério de julgamento por lote para os fornecimentos acima mencionados é a opção mais técnica e eficiente, assegurando padronização, segurança, continuidade do fornecimento e serviços e melhor gestão dos contratos administrativos.

Nos casos em tela o objeto da licitação não incluir item(ns)/lotes(s) de natureza divisível, nos termos e condições do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, logo não haverá destinação de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), para a participação exclusiva de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte.

O serviço em comento tem natureza de execução contínua, consoante Art. 6º, inciso XV.

2.6. Será adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DAS VEDAÇÕES**

---

#### **3.1. DOS PARTICIPANTES**

3.1.1. Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que detenham em seu contrato social atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todos os requisitos e exigências deste edital e seus respectivos anexos, bem como que possuam/estejam com credenciamento regular no portal do <http://www.licitanet.com.br>.

3.1.2. Os licitantes organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.1.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e nos artigos 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas mantenedor(es) da(a) plataforma(a), e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 3.2. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O impedimento de que trata a alínea “d)” do item anterior, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b)” e “c)” do item 3.2.1, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nas alíneas “b)” e “c)” do item 3.2.1, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata a alínea “h)” do item 3.2.1 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3.9. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

3.9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos

3.9.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.2.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.9.2.2. O Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

3.9.2.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

3.9.2.4. O Licitante que se manifestar de acordo com o item precedente e vier a ser inabilitado por falta de documentação e/ou por apresentar documentação falsificada, deverá estar ciente de que poderá ser aberto processo administrativo.

3.9.2.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.9.2.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

3.9.2.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.9.2.9. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.9.3. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.9.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.11. Caberá ao Licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento.



- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observando as disposições deste Edital.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

5.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta na qual deverá constar a descrição do objeto, as quantidades, a marca (quando for o caso) e o valor que deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 2 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, e o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Na proposta deverá ser expressamente declarado que estão inclusos todos os custos com impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais etc., bem como quaisquer outras despesas relacionadas com a execução do contrato, com base nas especificações deste edital e anexos.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do(s) item(ns)/lote(s);

5.3.2. Marca (quando exigível);

5.3.3. Fabricante (*quando exigível*);

5.3.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estabelecido no Termo de Referência.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.11.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.11.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5.15. As licitantes que não atenderem rigorosamente esta condição serão DESCLASSIFICADAS.

5.16. As empresas que identificarem suas propostas no Sistema Eletrônico, ressalvadas as condições legalmente admitidas, serão sumariamente desclassificadas.

## **6. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO**

---

6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do Licitante classificado em primeiro lugar;

- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades, visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

---

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item/lote, conforme dispuser o Edital.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00 (um real)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 7.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.2 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que

impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.5 e 4.5 deste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.
- 8.9. No caso de bens e serviços e obras de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração.



8.9.1. A inexecuibilidade, nas hipóteses de que tratam os itens 8.8 e 8.9, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalização em resoluções legíveis.

9.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

9.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

9.6.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. No caso de contratações nas quais a avaliação prévia do local de execução, seja imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.11.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail [pregaorioformoso2021@gmail.com](mailto:pregaorioformoso2021@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.11.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.12. Nos casos em que a Administração tenha acesso vinculado ao sistema <<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>>, a habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.12.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.12.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.12.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. Nos casos em que a análise dos documentos tenha sido realizada pelo SICAF, os documentos nele contidos, e a comprovação da sua existência deverá ser anexada na plataforma onde se realiza o processo, com vistas a viabilizar a apreciação por todos os participantes.

9.14. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.5.

9.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



9.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DAS COMPROVAÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

---

10.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.4. O licitante temporariamente arrematante deverá, para fins de habilitação, encaminhar exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos a seguir, encerradas as fases de lances e julgamento da proposta;

### **10.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.5.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.5.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.5.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.5.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 10.6. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 10.7. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.7.1. Para comprovar sua aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, o licitante deverá comprovar de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos a seguir, devidamente justificados no presente processo licitatório, restringindo à apresentação da seguinte documentação:

10.7.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na

licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.7.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de, no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da licitação. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.7.3.1. Nos casos em que na comarca jurisdicionária da sede da licitante, não tramitam mais processos físicos, deverá ser comprovada a condição de regularidade, acerca da inexistência de feitos sob falência, concernentes ao CNPJ da proponente, nos termos e condições estabelecidos em regulamento do órgão competente

10.7.4. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá ser apresentada a Certidão Licitação 1º e 2º Graus emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, obtidas no portal do tpe.

10.7.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024);

10.7.5.1. caso de a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no subitem 10.7.5, limitar-se-ão ao último exercício social;

10.7.5.2. apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último Balanço Patrimonial, devidamente assinado por profissional contábil, atestando a boa situação financeira da empresa:

PG = Liquidez Geral – igual ou superior a 1  
SG = Solvência Geral – igual ou superior a 1  
LC = Liquidez Corrente – igual ou superior 1  
Sendo:  
 $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$   
 $SG = AT / (PC + ELP)$   
 $LC = AC / PC$

Onde:

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo  
AT = Ativo Total

10.7.6. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem;

10.7.6.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

10.7.6.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.7.7. Do Momento de Exigência:

10.7.7.1. Deverão ser apresentados pelas empresas as demonstrações contábeis do último e penúltimo exercício da seguinte forma:

- a) As que não utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a partir de 1º de maio do ano corrente, de acordo com os arts. 1.065 e 1078, do Código Civil e arts. 132 e 133, da Lei Federal n.º 6.404/1976;
- b) As que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), até o último dia útil do mês definido em portaria ou instrução normativa da Receita Federal do Brasil, vigente, que trata da matéria.

**10.7.8. Composição Mínima das Demonstrações Contábeis:**

10.7.8.1. As empresas deverão apresentar o Balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme o estabelecido nos artigos 1.179 e 1.180 do Código Civil (Lei n.º 10.406/02), apresentáveis de acordo com as regulamentações atualizadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que comprovem a aptidão econômica da empresa

10.7.8.2. No caso das ME/EPP e equiparadas que apresentarem as demonstrações contábeis, estas poderão optar pelo Modelo Contábil simplificado para ME/EPP e equiparadas, definido pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1002, de 18 de novembro de 2021.

10.7.8.3. Os balanços e demonstrações contábeis devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente copiados do livro diário, registrado na Junta Comercial do domicílio do licitante, devidamente autenticado por esta, conforme preceituam o artigo 1.181 do Código Civil e a Instrução Normativa n.º 82/21 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

10.7.8.4. Os balanços e demonstrações contábeis devem ser assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.7.8.5. Se houver no exercício exigível movimentação na conta lucros/prejuízos acumulados, que cause impacto no Patrimônio Líquido, poderá ser solicitado em diligência a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), para comprovação dos valores apresentados na referida conta, sendo essa de elaboração obrigatória como prevê o art. 176 da Lei Federal n.º 6.404/1976 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em seu pronunciamento de n.º 26. Ressaltando, que no caso da empresa elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), esta substitui a DLPA como preceitua o art. 186 da Lei Federal 6.404/1976.

10.7.8.6. As alterações da Lei 6.404/76, determinadas pela Lei Federal n.º 11.638/07 deverão constar do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive o parecer de auditoria aprovando as demonstrações contábeis para as sociedades enquadradas como de grande porte.

10.7.8.7. Os prazos de encerramento e fechamento de cada exercício social referente às demonstrações contábeis devem seguir as previsões estabelecidas para cada tipo societário, ou as previsões relativas de acordo com seu regime tributário.

10.7.9. As Sociedades submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme previsto no Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto n.º 7.979/13 e que pela legislação pertinente à Receita Federal do Brasil sejam obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar os seguintes documentos emitidos pelo próprio "sistema de escrituração digital" relativos às demonstrações contábeis já exigíveis nos termos da lei:

- a) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;



- b) Balanço Patrimonial;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

10.7.10. Serão considerados autenticados os livros contábeis transmitidos pelas empresas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, na forma prevista pelo Decreto Federal n.º 8.683/16, cuja autenticação será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED.

10.7.11. As sociedades anônimas que publicarem o balanço patrimonial na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações, estarão dispensadas para o efeito deste certame, da apresentação dos documentos emitidos pelo sistema de escrituração digital (SPED), desde que sejam apresentadas as Demonstrações Contábeis publicadas com o respectivo parecer de auditoria que as aprova.

10.7.12. As Sociedades Anônimas deverão apresentar demonstrações contábeis:

- a) Publicadas em jornal de Grande Circulação ou Diário Oficial, na forma da Lei Federal n.º 6.404/1976 e alterações;
- b) As sociedades anônimas de capital aberto, deverão apresentar o parecer de auditoria, referente às suas demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com as alterações da Lei Federal n.º 6.404/1976, determinadas pela Lei Federal 11.638/07.

10.7.13. A exigência constante do subitem anterior aplica-se também às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

10.7.14. Considera-se de grande porte, para fins exclusivos deste certame a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior Ativo Total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei Federal n.º 11.638/07.

#### 10.8. JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ NO EDITAL

- I. Serão exigidos índices de liquidez corrente e geral, não inferiores a 1, (um), ou seja, para cada um real de dívida de curto e de longo prazo, a empresa deverá possuir, no mínimo, um real de recursos disponíveis na somatória da mesma fração de tempo, ou seja, no curto prazo e também no longo prazo.
- II. Será exigido ainda, o índice de Solvência Geral, que expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Exige-se, de igual modo, que para cada 1 (um) real de dívida a empresa disponha de, no mínimo, 1 (um) real correspondente no ativo total, ou seja, a empresa demonstrará pela capacidade de liquidação de suas obrigações, levando-se em conta todo o seu patrimônio (disponibilidades de curto e de longo prazo e patrimônio permanente), o que vale dizer, em caso de encerramento de suas atividades, no momento em que venha a ocorrer, a empresa evidenciará total solvência.
- III. Justificam-se as exigências acima mencionadas, inicialmente, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.
- IV. Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a

liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à Administração Municipal a plena execução do objeto contratado.

- V. Nesse sentido, faz-se necessária remissão a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em especial os TCs 011286/026/08 e 023220/026/06; bem como Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 779/2005 – Plenário e nº 354/2016 – TCU – Plenário. Verifica-se, portanto, que a previsão aqui inserida, coaduna-se com o previsto na Lei, com as práticas usuais e com a Jurisprudência emanada dos Tribunais de Contas do Estado e União.

#### 10.9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.9.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por representante legal da emitente, que comprove aptidão da licitante para desempenho das seguintes atividades:

- a) Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização (ar-condicionado);
- b) Comprovação de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede ou domicílio, em plena validade;
- c) Fornecimento de peças e insumos de aparelhos de ar condicionado.

10.9.2. No caso de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser juntada comprovação de instrumento contratual e/ou fatura(s) emitida(s) em nome da contratante.

10.9.3. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;

10.9.4. Poderão ser aceitos vários atestados de forma que os somatórios dos mesmos atendam a exigência deste edital e anexos.

10.9.5. Conforme Art. 63, § 2º da Lei 14.133/2021, os licitantes poderão realizar vistoria técnica nas unidades de saúde de Rio Formoso-PE para avaliar as condições de instalação. Caso optem por não realizar, deverão apresentar declaração formal de que possuem pleno conhecimento das condições locais e da natureza do objeto.

10.9.6. A empresas interessadas em participar da presente licitação, deverão cumprir todas as especificações, conforme disposto no Termo de Referência.

#### 10.10. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.10.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, na proposta comercial feita no sistema do banco provedor no período de acolhimento de propostas, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, além da documentação prevista nos itens que tratam da habilitação, os seguintes documentos:

10.10.1.1. Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do § 4º. do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

10.10.1.2. Certidão expedida pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que

a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

10.10.2. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o(a) Pregoeiro (a) considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Pernambuco e no Município de Rio Formoso, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente;

10.10.3. A não apresentação de qualquer documento citado no presente instrumento convocatório constituirá motivo de inabilitação da empresa licitante.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

11.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

11.3. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.4.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.4.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.5. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.10. O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021, com renovação dos saldos, nos termos do Decreto Municipal nº31/2025 e das orientações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

11.11. Durante o prazo de validade, os preços registrados deverão permanecer firmes e irrevogáveis, salvo nas hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na legislação vigente.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

---

12.1. Após a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, será constituído um **Cadastro de Reserva**, composto pelos licitantes que aceitarem cotar os serviços em valor igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação original do certame:

12.2. Se houver mais de um licitante na fase de lances com o mesmo valor, a ordem de classificação no cadastro de reserva seguirá os critérios de desempate previstos no Edital.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

---

13.1. Atendida a todas as exigências mencionadas no instrumento convocatório, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

13.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para receber a Ordem de Fornecimento (OF) ou assinar o contrato no prazo e condições definidos neste Edital, visando à execução do objeto licitado.

13.3. O Licitante Vencedor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato e/ou aceitar a OF. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e



desde que ocorra motivo justificado e seja aceito pela Administração, nos termos do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, para assinatura do contrato e/ou retirar a ordem de fornecimento (OF) não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às penalidades previstas no art. 90 da Lei n.º 14.133/2021 e alterações. Neste caso, o(a) pregoeiro (a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

13.5. A recusa injustificada do Licitante vencedor em assinar o Contrato e/ou retirar a Ordem de Fornecimento (OF), dentro do prazo estabelecido sujeitará, o Licitante à aplicação das penalidades previstas neste edital.

13.6. O Contrato e/ou a Ordem de Fornecimento (OF) poderão ser rescindidos e/ou canceladas pelo CONTRATANTE:

13.6.1. Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;

13.6.2. amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo Município desde que haja conveniência para a Administração;

13.6.3. judicialmente, nos termos da legislação.

#### **14. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

---

14.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrado o Termo de Contrato, que firmará o compromisso entre as partes, com validade de até 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

14.2. Sempre que o proponente vencedor não atender à convocação, nos termos referidos no item anterior, é facultada à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

14.3. O Contrato firmado com o licitante fornecedor observará a minuta em anexo a este edital.

#### **15. PRAZO DE VIGÊNCIA, DATAS E LOCAIS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO**

---

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo órgão demandante, através do seu gestor ou preposto detentor de outorga legal, procedendo-se ao registro de ocorrências e adotando-se as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. A eficácia do contrato dar-se-á após a publicação resumida do instrumento no PNCP;

15.2. O local de entrega/execução do objeto será definido pelo órgão contratante, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, por intermédio do gestor do contrato.

15.2.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues/executados, conforme disposto no Termo de Referência, diretamente no(s) endereço(s) indicado(s) pelo órgão contratante, informado no ato de formalização do(s) pedido(s)/requisição/(ões), por intermédio de servidor detentor de outorga legal, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

15.2.2. A contratada deverá cumprir com as obrigações firmadas no termo de contrato, nos locais informados pela CONTRATANTE, no horário das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, responsabilizando-se por todas as despesas decorrentes, até o efetivo recebimento pela CONTRATANTE.

15.2.3. A execução do contrato dar-se-á conforme disposto no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, como condição para autorização de quaisquer pagamentos.

## **16. DO PAGAMENTO**

---

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da fatura/nota fiscal, devidamente atestados, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo do objeto.

16.2. Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) descrever o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta, bem como o número do processo e da Ordem de Fornecimento.

16.3. Ocorrendo erro(s) na apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), a(s) mesma(s) será(ão) devolvida(s) à(s) Contratada(s) para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da(s) nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

16.4. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

16.4.1. não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma prejudicar a Contratante;

16.4.2. inadimplência de obrigações assumidas pela contratada para com a contratante, por conta do estabelecido neste Edital;

16.4.3. erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Fornecimento/Fatura(s).

16.5. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), em originais ou devidamente autenticados:

16.5.1. prova de Regularidade referente aos Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

16.5.2. prova de Regularidade referente à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Pública Nacional, devidamente válida;

16.5.3. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;

16.5.4. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;

16.5.5. prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município sede da CONTRATANTE, devidamente válida;

16.5.6. prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;

16.5.7. prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;

16.6. As Provas de Regularidade referentes aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, poderão ser substituídas pela Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais (Certidão Conjunta), expedida pela Receita Federal, devidamente válida.

16.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

16.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

16.9. Os critérios de medição e pagamento, constam no Termo de Referência.

16.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

## **17. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS E DO REAJUSTE**

---

17.1. Os preços serão irrevogáveis, pelo período de 12 meses, contados a partir da data base do orçamento, admitindo-se, entretanto, o reajustamento nos termos da legislação pertinente.

17.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do licitante vencedor com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, I, "d", da Lei 14.133/2021, mediante a apresentação de memória de cálculo e demais documentos comprobatórios do reajuste solicitado.

17.3. O reajuste do preço contratado, após o prazo estipulado no item 17.1 ou quando autorizado por lei, terá como índice de reajuste, a variação percentual do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE).

17.4. Na hipótese de extinção do IPCA-IBGE, utilizar-se-á outro que vier substituí-lo.

17.5. A Contratada obrigará-se a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Edital, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, nos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, exceto as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

17.6. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pelo Agente de Contratações do órgão contratante.

## **18. DOS RECURSOS**

---

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 18.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 18.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 18.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 18.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, com acesso no portal <http://www.licitanet.com.br>.
- 18.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.5.1. Manifestada a intenção de interpor recurso, o licitante terá o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 18.6. Não serão conhecidas as impugnações nem os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 18.6.1. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.
- 18.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 18.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 18.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:
- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 19.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 19.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 19.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 19.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 19.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 19.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 19.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 19.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 19.2.9. fraudar a licitação
- 19.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 19.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 19.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 19.3.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 19.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
  - 19.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 19.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 19.4.1. advertência;
  - 19.4.2. multa;
  - 19.4.3. impedimento de licitar e contratar e,
  - 19.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 19.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 19.5.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 19.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 19.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 19.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.6. A multa será recolhida em percentual não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 19.6.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1 e 19.2.6, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 19.6.2. Para as infrações previstas nos itens 19.2.8, 19.2.9, 19.3.4 e 19.3.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

19.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, e 19.2.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.2.8, 19.2.9, 19.3.4 e 19.3.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 e 19.2.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.2.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

19.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente no portal do <http://www.licitanet.com.br>, ou por e-mail.

20.3.1. O documento enviado deverá conter nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal <http://www.licitanet.com.br>, no link correspondente.

## 21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas com a contratação do objeto, será(ão) custeada(s) correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descrita:

ÓRGÃO - 02.00 - PODER EXECUTIVO		
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.04	2.027 / 2.028 / 2.032 / 2.033 / 2.035	33903900
Secretaria de Educação	1. Manutenção da Educação Básica/Salário Educação 2. Manutenção da Alfabetização 3. Manutenção do Ensino Infantil 4. Manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) 5. Manut. Despesas da Educação Precatórios (FUNDEF)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.14	2.077 / 2.078	33903900
FUNDEB	1. Manutenção do Ensino Fundamental 30% 2. Manutenção do Ensino Fundamental 70%	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.

22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

22.10.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

22.10.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Rio Formoso (PE), 20 de fevereiro de 2026.

---

Antônio Marcos Coutinho  
Secretário Municipal de Educação



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. A elaboração do presente termo de referência, está em conformidade com a legislação pertinente na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.2. Tem o objetivo de fornecer aos interessados a perfeita caracterização do objeto da presente licitação, descrevendo-os detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação das propostas de preços.
- 1.3. Isto posto, serão analisadas aqui as obrigações da empresa a ser contratada para fornecimento, bem como as do SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORMOSO, na qualidade de contratante.

**2. OBJETO**

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 2.2. Os serviços serão executados nas unidades da rede municipal de Educação e demais dependências da Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso-PE, conforme detalhamento abaixo:
- 2.3. Categorias de Equipamentos Abrangidos:
- 2.3.1. Climatização: Aparelhos de ar-condicionado (Janela, Split, Cassete, Piso-teto), ventiladores e sistemas de exaustão;
- 2.4. O fornecimento de peças deverá observar o critério de peças originais ou, na impossibilidade técnica devidamente comprovada, peças de desempenho e qualidade compatíveis, desde que autorizadas pela fiscalização.
- 2.5. O regime de execução será o de Empreitada por Preço Unitário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

**3. DA DEMANDA E DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

- 3.1 A demanda estimada para esta contratação fundamenta-se no levantamento das necessidades das unidades de educação e dependências da Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso-PE, visando garantir a continuidade do serviço público, o conforto térmico e a preservação de insumos sensíveis (alimentos).
- 3.1. A projeção da necessidade para as quantidades estimadas, bem como a descrição do objeto está descrita, conforme itens abaixo:

**LOTE 01 - SERVIÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO de ar condicionado, modelo split, capacidade de 7.000 à 18.000 btu's.	Serviço	40	R\$ 483,33	R\$ 19.333,20
2.	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO de ar condicionado, modelo split, capacidade de 22.000 à 36.000 btu's.	Serviço	40	R\$ 760,00	R\$ 30.400,00

3.	SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO de ar condicionado, modelo split, capacidade de 7.000 à 36.000 btu's.	Serviço	30	R\$ 183,00	R\$ 5.490,00
4.	SERVIÇOS MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA de ar condicionado modelo split capacidade de 7.000 à 36.000 btu's.	Serviço	1.528	R\$ 41,36	R\$ 63.198,08
5.	SERVIÇOS TRIMESTRAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA de ar condicionado modelo split capacidade de 7.000 à 36.000 btu's.	Serviço	382	R\$ 41,36	R\$ 15.799,52
6.	SERVIÇOS SEMESTRAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA de ar condicionado modelo split capacidade de 7.000 à 36.000 btu's.	Serviço	191	R\$ 124,14	R\$ 23.710,74
7.	SERVIÇOS ANUAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA de ar condicionado modelo split capacidade de 7.000 à 36.000 btu's.	Serviço	191	R\$ 124,14	R\$ 23.710,74
<b>TOTAL: Cento e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos.</b>					<b>R\$ 181.642,28</b>

### LOTE 02 - PEÇAS E INSUMOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	CAPACITOR de 6,0µF a 25,0µF para ar condicionado.	Und	50	R\$ 26,91	R\$ 1.345,50
2.	CAPACITOR de 30,0µF a 70,0µF para ar condicionado	und	50	R\$ 49,43	R\$ 2.471,50
3.	CABO ALIMENTAÇÃO RABIXO para ar condicionado - 1m	metro	200	R\$ 10,82	R\$ 2.164,00
4.	CARGA DE GÁS (R-22) para ar condicionado	und	70	R\$ 81,16	R\$ 5.681,20
5.	CARGA DE GÁS (R-32) para ar condicionado.	und	80	R\$ 81,68	R\$ 6.534,40
6.	CARGA DE GÁS (R-410) para ar condicionado.	und	100	R\$ 290,41	R\$ 29.041,00
7.	GÁS (R-141B) para ar condicionado	und	60	R\$ 142,50	R\$ 8.550,00
8.	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL para ar condicionado	und	50	R\$ 23,76	R\$ 1.188,00
9.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 7.000 Btu's	und	02	R\$ 670,00	R\$ 1.340,00
10.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 9.000 Btu's	und	09	R\$ 940,30	R\$ 8.462,70
11.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 12.000 Btu's	und	20	R\$ 1.152,33	R\$ 23.046,60
12.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 18.000 Btu's	und	08	R\$ 1.312,66	R\$ 10.501,28
13.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 22.000 Btu's	und	10	R\$ 1.550,00	R\$ 15.500,00
14.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 24.000 Btu's	und	14	R\$ 1.822,70	R\$ 25.517,80
15.	COMPRESSOR DE ROTAÇÃO constante de ar condicionado 30.000 Btu's	und	09	R\$ 1.965,33	R\$ 17.687,97
16.	DISPLAY DE PAINEL FRONTAL UNIVERSAL de split.	und	20	R\$ 80,82	R\$ 1.616,40
17.	FITA PVC SEM adesivo rolo com 10 metros	rolo	150	R\$ 4,21	R\$ 631,50
18.	FITA PP ALUMINIZADA 45MMx45M	und	10	R\$ 2,51	R\$ 25,10
19.	FILTRO DE AR split	und	15	R\$ 3,59	R\$ 53,85
20.	HÉLICE DO CONDENSADOR split de 7.000 a 12.000 btu's.	und	15	R\$ 30,00	R\$ 450,00
21.	HÉLICE DO CONDENSADOR split de 18.000 A 22.000 BTU'S.	und	15	R\$ 38,45	R\$ 576,75
22.	HÉLICE DO CONDENSADOR split de 24.000 A 36.000 BTU'S.	und	15	R\$ 46,39	R\$ 695,85
23.	HÉLICE DA TURBINA da evaporadora	und	10	R\$ 32,03	R\$ 320,30
24.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 7.000 a 12.000 BTU'S, para condensadora.	und	25	R\$ 51,58	R\$ 1.289,50
25.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 18.000 a 22.000 BTU'S, para condensadora.	und	25	R\$ 52,86	R\$ 1.321,50
26.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 30.000 a 36.000 BTU'S, para condensadora.	und	25	R\$ 63,15	R\$ 1.578,75

27.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 7.000 a 12.000 BTU'S, para evaporadora.	und	25	R\$ 57,21	R\$ 1.430,25
28.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 18.000 a 24.000 BTU'S, para evaporadora.	und	25	R\$ 70,05	R\$ 1.751,25
29.	MOTOR VENTILADOR para ar condicionado split 30.000 a 36.000 BTU'S, para evaporadora.	und	25	R\$138,98	R\$ 3.474,50
30.	OLEO DO COMPRESSOR para ar split	litro	20	R\$ 42,00	R\$ 840,00
31.	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL para ar condicionado split 7.000 a 12.000 btu's.	und	25	R\$127,94	R\$ 3.198,50
32.	PLACA ELETRÔNICA UNIVERSAL para ar condicionado split 18.000 A 36.000 BTU'S.	und	25	R\$106,25	R\$ 2.656,25
33.	SUPORTE DE POLIPROPILENO/NYLON para condensadora de 7.000 até 12.000 BTU'S.	und	40	R\$ 37,04	R\$ 1.481,60
34.	SUPORTE DE POLIPROPILENO/NYLON para condensadora de 18.000 até 36.000 BTU'S.	und	40	R\$ 88,62	R\$ 3.544,80
35.	TAPA FUGA para sistema de refrigeração	und	80	R\$170,00	R\$ 13.600,00
36.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 1/4	metro	200	R\$ 33,53	R\$ 6.706,00
37.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 5/16	metro	200	R\$ 29,02	R\$ 5.804,00
38.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 3/8	metro	200	R\$ 24,76	R\$ 4.952,00
39.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 1/2	metro	200	R\$ 27,11	R\$ 5.422,00
40.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 5/8	metro	200	R\$ 33,04	R\$ 6.608,00
41.	TUBO DE COBRE FLEXIVEL 3/4	metro	200	R\$ 28,50	R\$ 5.700,00
42.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 1/4 6MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 3,25	R\$ 650,00
43.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 5/16 6MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 6,60	R\$ 1.320,00
44.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 5/8 15MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 6,31	R\$ 1.262,00
45.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 3/8 10MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 3,52	R\$ 704,00
46.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 1/2 12MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 2,25	R\$ 450,00
47.	TUBO ISOLANTE POLIETILENO BLINDADO INVERTER BRANCO 3/4 18MM, BARRA DE 02METROS.	peça	200	R\$ 5,22	R\$ 1.044,00
48.	UNIDADE CONDENSADORA (SERPENTINA) para ar condicionado de 7.000 A 12.000BTU'S.	und	30	R\$527,37	R\$ 15.821,10
49.	UNIDADE CONDENSADORA (SERPENTINA) para ar condicionado de 18.000 A 36.000BTU'S.	und	30	R\$525,00	R\$ 15.750,00
50.	UNIDADE EVAPORADORA (SERPENTINA) para ar condicionado de 7.000 A 12.000 BTU'S	und	25	R\$710,00	R\$ 17.750,00
51.	UNIDADE EVAPORADORA (SERPENTINA) para ar condicionado de 18.000 A 36.000 BTU'S.	und	25	R\$848,08	R\$ 21.202,00
52.	VALVULA DE SERVIÇO 1/4 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 41,66	R\$ 1.249,80
53.	VALVULA DE SERVIÇO 3/8 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 42,93	R\$ 1.287,90
54.	VALVULA DE SERVIÇO 5/16 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 72,27	R\$ 2.168,10
55.	VALVULA DE SERVIÇO 1/2 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 42,99	R\$ 1.289,70
56.	VALVULA DE SERVIÇO 5/8 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 58,98	R\$ 1.769,40
57.	VALVULA DE SERVIÇO 3/4 para ar condicionado split.	und	30	R\$ 92,13	R\$ 2.763,90
<b>TOTAL: Trezentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos.</b>					<b>R\$ 321.242,50</b>

PLANILHA DE IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE - RELAÇÃO DE APARELHOS E AMBIENTES CLIMATIZADOS								
TIPO DO APARELHO	AMBIENTE CLIMATIZADO	Nº DE OCUPANTES		IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO			TIPO DE ATIVIDADE	
		FIXOS		MARCA	TAG	BTU/h		
02	SPLIT HI-WALL	COORDENAÇÃO	10	10	AGRATTO	E02.AP02	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVO
03	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	10	10	AGRATTO	E03.AP03	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVO
04	SPLIT HI-WALL	SALA 01 RECURSOS	02	30	PHILCO	E04.AP04	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
07	SPLIT HI-WALL	SALA 03 AP-01	02	30	TCL	E07.AP07	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
08	SPLIT HI-WALL	SALA 03 AP-02	02	30	TCL	E08.AP08	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
10	SPLIT HI-WALL	SALA 04 AP-02	02	30	TCL	E10.AP10	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
11	SPLIT HI-WALL	SALA 05 AP-01	02	30	TCL	E11.AP11	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
12	SPLIT HI-WALL	SALA 05 AP-02	02	30	TCL	E12.AP11	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
14	SPLIT HI-WALL	SALA 06 AP-02	02	30	TCL	E14.AP14	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
15	SPLIT HI-WALL	SALA 07 AP-01	02	30	TCL	E15.AP15	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
16	SPLIT HI-WALL	SALA 07 AP-02	02	30	TCL	E16.AP16	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
18	SPLIT HI-WALL	SALA 08 AP-02	02	30	AGRATTO	E18.AP18	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
19	SPLIT HI-WALL	SALA 09 AP-01	02	30	AGRATTO	E19.AP19	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
20	SPLIT HI-WALL	SALA 09 AP-02	02	30	AGRATTO	E20.AP20	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
22	SPLIT HI-WALL	SALA 10 AP-02	02	30	AGRATTO	E22.A37	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
23	SPLIT HI-WALL	SALA 11 AP-01	02	30	AGRATTO	E23.A38	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
26	SPLIT HI-WALL	SALA 12 AP-02	02	30	AGRATTO	E26.A39	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
27	SPLIT HI-WALL	SALA 13 AP-01	02	30	AGRATTO	E27.A40	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
28	SPLIT HI-WALL	SALA 13 AP-02	02	30	AGRATTO	E28.A40	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
29	SPLIT HI-WALL	SALA 14 AP-01	02	30	AGRATTO	E29.A40	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
ESCOLA MUNICIPAL PEDRO DE ALBUQUERQUE								
01	SPLIT HI-WALL	DIRETORIA	04	08	AGRATTO	E01.AP01	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
02	SPLIT HI-WALL	COORDENAÇÃO	04	08	MIDEA	E02.AP02	12.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
03	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	06	12	AGRATTO	E03.AP03	12.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
05	SPLIT HI-WALL	SALA RECURSOS	02	40	AGRATTO	E05.AP05	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
06	SPLIT HI-WALL	BIBLIOTECA AP-01	25	25	CONSUL	E06.AP06	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
07	SPLIT HI-WALL	BIBLIOTECA AP-02	25	25	ELECTROLUX	E07.AP07	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
10	SPLIT HI-WALL	SALA 02 SEM APARELHO	02	45	-----	E10.AP10	-----	SALA DE AULA
11	SPLIT HI-WALL	SALA 03 SEM APARELHO	02	45	-----	E11.AP11	-----	SALA DE AULA
12	SPLIT HI-WALL	SALA 04 AP-01	02	45	AGRATTO	E12.AP11	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
13	SPLIT HI-WALL	SALA 04 AP-02	02	45	AGRATTO	E13.AP13	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
15	SPLIT HI-WALL	SALA 05 AP-02	02	45	TCL	E15.AP15	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
16	SPLIT HI-WALL	SALA 06 AP-01	02	45	AGRATTO	E16.AP16	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
17	SPLIT HI-WALL	SALA 06 AP-02	02	45	TCL	E17.AP17	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
19	SPLIT HI-WALL	SALA 07 AP-02	02	45	TCL	E19.AP19	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
20	SPLIT HI-WALL	SALA 08 SEM APARELHO	02	45	-----	E20.AP20	-----	SALA DE AULA
21	SPLIT HI-WALL	SALA 08 SEM APARELHO	02	45	-----	E21.AP21	-----	SALA DE AULA
23	SPLIT HI-WALL	SALA 09 SEM APARELHO	02	45	-----	E23.AP23	-----	SALA DE AULA
24	SPLIT HI-WALL	SALA 10 AP-01	02	45	TCL	E24.AP24	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
25	SPLIT HI-WALL	SALA 10 AP-02	02	45	TCL	E25.AP25	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SLA DOS PROFESSORES	08	12	-----	E01.AP01	-----	ADMINISTRATIVA
02	SPLIT HI-WALL	BIBLIOTECA	02	12	-----	E02.AP02	-----	ADMINISTRATIVA



04	SPLIT HI-WALL	SALA 9° B	02	45	AGRATTO	E04AP04	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
05	SPLIT HI-WALL	SALA 9° C	02	45	AGRATTO	E05AP05	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
08	SPLIT HI-WALL	SALA 9° F	02	45	AGRATTO	E08AP08	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
09	SPLIT HI-WALL	SALA 9° G	02	45	TCL	E09AP09	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	06	10	PHILCO	E01.AP01	12.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 01	02	35	AGRATTO	E03AP03	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
04	SPLIT HI-WALL	SALA 02	02	35	PHILCO	E04AP04	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
05	SPLIT HI-WALL	SALA 03	02	35	AGRATTO	E05AP05	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
06	SPLIT HI-WALL	SALA 04	02	35	AGRATTO	E06AP06	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
07	SPLIT HI-WALL	SALA 05	02	35	AGRATTO	E07AP07	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
08	SPLIT HI-WALL	SALA 06	02	35	AGRATTO	E08AP08	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	06	12	AGRATTO	E01.AP01	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
02	SPLIT HI-WALL	BIBLIOTECA	02	12	AGRATTO	E02.AP02	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
03	SPLIT HI-WALL	SALA RECURSOS	02	30	AGRATTO	E03.AP03	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
05	SPLIT HI-WALL	SALA 02	02	30	PHILCO	E05.AP05	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
06	SPLIT HI-WALL	SALA 03	02	30	PHILCO	E06.AP06	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
07	SPLIT HI-WALL	SALA 04	02	30	VIX	E07.AP07	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	06	12	MIDEA	E01.AP01	12.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 02	02	40	MIDEA	E03.AP03	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
04	SPLIT HI-WALL	SALA 03	02	40	LG	E04.AP04	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
05	SPLIT HI-WALL	SALA 04	02	40	LG	E05.AP05	7.500 BTU/h	SALA DE AULA
06	SPLIT HI-WALL	SALA 05	02	40	CONSUL	E06.AP06	9.000 BTU/h	SALA DE AULA
08	SPLIT HI-WALL	SALA 07	02	40	PHILCO	E08.AP08	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
02	SPLIT HI-WALL	SALA 02	02	35	AGRATTO	E02.AP02	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 03	02	35	AGRATTO	E03.AP03	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
TÉRREO								
02	SPLIT HI-WALL	SL SECRET. EDUCAÇÃO	04	12	AGRATTO	E02.AP02	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
1º ANDAR								
03	SPLIT HI-WALL	SL DP ANOS INICIAIS	06	12	CONSUL	E03.AP03	9.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
01	SPLIT HI-WALL	DIRETORIA	02	04	COMFEE	E01.AP01	9.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
03	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	06	10	AGRATTO	E03.AP03	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
04	SPLIT HI-WALL	LABORATÓRIO	02	20	AGRATTO	E04.AP04	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
07	SPLIT HI-WALL	SALA 04 AP-01	02	45	TCL	E07.AP07	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
08	SPLIT HI-WALL	SALA 04 AP-02	02	45	TCL	E08.AP08	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
09	SPLIT HI-WALL	SALA 05 RECURSOS	02	45	AGRATTO	E09.AP09	18.000 BTU/h	SALA DE AULA
11	SPLIT HI-WALL	SALA 10 AP-02	02	45	TCL	E11.AP11	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
13	SPLIT HI-WALL	SALA 11 AP-02	02	45	AGRATTO	E13.AP13	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
14	SPLIT HI-WALL	SALA 12 AP-01	02	45	AGRATTO	E14.AP14	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
15	SPLIT HI-WALL	SALA 12 AP-02	02	45	AGRATTO	E15.AP15	30.000 BTU/h	SALA DE AULA

17	SPLIT HI-WALL	SALA 14 AP-01	02	45	AGRATTO	E17.AP17	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
18	SPLIT HI-WALL	SALA 14 AP-01	02	45	AGRATTO	E18.AP18	30.000 BTU/h	SALA DE AULA
19	SPLIT HI-WALL	SALA 15 AP-01	02	45	AGRATTO	E19.AP19	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
21	SPLIT HI-WALL	SALA 16 AP-01	02	45	TCL	E21.AP21	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
22	SPLIT HI-WALL	SALA 16 AP-02	02	45	AGRATTO	E21.AP21	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
25	SPLIT HI-WALL	SALA 18 AP-01	02	45	AGRATTO	E24.AP24	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
26	SPLIT HI-WALL	SALA 19 AP-01	02	45	TCL	E25.AP25	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
27	SPLIT HI-WALL	SALA 20 AP-01	02	45	AGRATTO	E26.AP26	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
29	SPLIT HI-WALL	SALA 21 AP-01	02	45	TCL	E28.AP28	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
30	SPLIT HI-WALL	SALA 21 AP-02	02	45	TCL	E29.AP29	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
31	SPLIT HI-WALL	SALA 22 AP-01	02	45	AGRATTO	E30.AP30	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
33	SPLIT HI-WALL	SALA 23 AP-01	02	45	AGRATTO	E32.AP32	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
34	SPLIT HI-WALL	SALA 24 AP-01	02	45	AGRATTO	E33.AP33	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
02	SPLIT HI-WALL	SALA 01 AP-02	02	35	SPRINGER	E02.AP02	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 02 AP-01	02	35	SPRINGER	E03.AP03	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SECRETARIA	02	06	PHILCO	E01.AP01	18.000 BTU/h	ADMINISTRATIVA
02	SPLIT HI-WALL	SALA 01 AP-01	02	25	TCL	E01.AP01	24.000 BTU/h	SALA DE AULA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 01 AP-02	02	35	SPRINGER	E02.AP02	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SALA 01 - AP 01	02	45	AGRATTO	E01.AP01	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
02	SPLIT HI-WALL	SALA 01 - AP 02	02	45	AGRATTO	E02.AP02	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SALA 01	02	40	AGRATTO	E01.AP01	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
02	SPLIT HI-WALL	SALA 02	02	40	AGRATTO	E02.AP02	22.000 BTU/h	SALA DE AULA
01	SPLIT HI-WALL	SALA 01	02	20	AGRATTO	E01.AP01	12.000 BTU/h	SALA DE AULA
03	SPLIT HI-WALL	SALA 03	02	20	AGRATTO	E03.AP03	12.000 BTU/h	SALA DE AULA

### QUANTIDADES TOTAIS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE EXISTENTE	QTDE A SER ADQUIRIDA	TOTAL
1.	Aparelho de ar-condicionado 7.000 BTUs	01	-	01
2.	Aparelho de ar-condicionado 9.000 BTUs	04	18	22
3.	Aparelho de ar-condicionado 12.000 BTUs	23	18	41
4.	Aparelho de ar-condicionado 17.000 BTUs	01	-	01
5.	Aparelho de ar-condicionado 18.000 BTUs	18	02	20
6.	Aparelho de ar-condicionado 22.000 BTUs	29	-	29
7.	Aparelho de ar-condicionado 24.000 BTUs	37	18	55
8.	Aparelho de ar-condicionado 30.000 BTUs	22	-	22
<b>TOTAIS</b>		<b>135</b>	<b>56</b>	<b>191</b>

### 3.3. Características da Manutenção Preventiva:

- Consiste em intervenções programadas para reduzir a probabilidade de falhas, conservando o rendimento e a vida útil dos equipamentos.

- Inclui: limpeza de filtros, higienização de serpentinas, verificação de carga de gás, teste de componentes elétricos, lubrificação de motores e conferência de vedação.
- Deverá ser executada conforme o cronograma do **PMOC**, com periodicidade mínima mensal ou trimestral, conforme a carga térmica e criticidade do local.

#### 3.4. Características da Manutenção Corretiva:

- Consiste em intervenções não programadas para reparo de defeitos e substituição de peças, visando o retorno imediato do equipamento à operação.
- Os serviços corretivos serão realizados sob demanda, mediante chamado da Secretaria, devendo a empresa realizar o diagnóstico e apresentar o orçamento de peças em até **[48] horas**.

#### 3.5. Especificações dos Grupos de Equipamentos:

Grupo	Descrição Técnica	Abrangência de Serviços
<b>I - Climatização</b>	Condicionadores de Ar (Split, Janela, Cassete) e Ventiladores.	Limpeza, carga de gás, troca de compressores, capacitores e placas.
<b>II - Refrigeração</b>	Geladeiras, Freezers, Bebedouros e Câmaras Frias.	Calibração de termostatos, troca de borrachas de vedação e sistemas de degelo.

#### 3.6. Das Peças e Componentes:

- Todas as peças aplicadas deverão ser novas e originais do fabricante. Caso a fabricação do equipamento tenha sido descontinuada, serão aceitas peças compatíveis, desde que mantenham as características técnicas de desempenho e segurança.
- A Contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada de peças substituídas e fluidos refrigerantes, conforme legislação ambiental vigente.

### 4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade imperiosa de garantir condições adequadas de higiene, conforto térmico e operacionalidade das unidades pertencentes à Rede Municipal de Educação e demais setores desta Secretaria.

4.2. Justifica-se a abertura de processo licitatório para Registro de Preços e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, do município de Rio Formoso-PE.

4.3. A ausência da contratação poderá comprometer o adequado funcionamento das unidades escolares e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, afetando o conforto térmico, a qualidade do ar interior e as condições mínimas de permanência de alunos, professores e servidores nos ambientes educacionais. Considerando tratar-se de serviços contínuos e de demanda variável, cujos quantitativos não podem ser previamente mensurados com exatidão mensal, o levantamento estimativo foi realizado com base no histórico de manutenções e consumo do exercício de 2024, subsidiando a formação do Registro de Preços.

4.4. A manutenção preventiva, objeto deste Termo, é economicamente mais vantajosa do que a atuação exclusivamente corretiva, pois intervenções programadas prolongam a vida útil dos equipamentos, reduzem falhas inesperadas e contribuem para maior eficiência energética dos sistemas de climatização instalados nas unidades escolares.

4.5. A adoção de manutenção sistemática assegura melhores condições ambientais nas salas de aula e demais dependências, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem e garantindo maior previsibilidade orçamentária à Administração.

4.6. A regularidade na manutenção assegura o correto manuseio de fluidos refrigerantes, evitando sua liberação inadequada na atmosfera, bem como previne obstruções nos sistemas de drenagem, reduzindo riscos sanitários e contribuindo para ambientes escolares mais seguros e salubres.

4.7. Portanto, a abertura de processo licitatório para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo instalação e desinstalação eventual de equipamentos, mostra-se essencial para garantir a continuidade, eficiência e segurança das atividades educacionais no âmbito da Rede Municipal de Educação.

## **5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

5.1. O presente processo tem amparo legal, integralmente, na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações e demais legislações aplicáveis a este evento e nas condições e exigências descritas nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto

5.2. O presente processo administrativo e a futura contratação reger-se-ão pelas disposições das seguintes normas gerais de licitação

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente no que tange ao Sistema de Registro de Preços (Art. 82) e à execução por empreitada por preço unitário.
- b) Decreto Municipal que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Rio Formoso-PE.

5.3. As Normas Técnicas e Específicas do Objeto, observam aos seguintes dispositivos:

- a) Portaria MS nº 3.523/1998 (Ministério da Saúde): Estabelece o regulamento técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de limpeza e manutenção de sistemas de climatização.
- b) Resolução RE nº 09/2003 (ANVISA): Orientações técnicas sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados.
- c) Lei Federal nº 5.194/1966: Regula o exercício das profissões de Engenheiro e Agrônomo (atribuições para responsabilidade técnica).
- d) Normas Brasileiras da ABNT: Notadamente a NBR 13.971 (Sistemas de refrigeração e climatização – Manutenção e instalação) e NBR 14.679 (Execução de serviços de higienização de sistemas de ar condicionado).

5.4. Devem ser observadas as seguintes Normas de Segurança e Trabalho:

- a) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs):
- b) NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- c) NR-35: Trabalho em altura (essencial para manutenção de condensadoras externas e sistemas de exaustão).

## **6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO OBJETO**



- 6.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, adotando-se o modo de disputa [Aberto], conforme o Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. A adjudicação dar-se-á por Lote, de modo a garantir a economia de escala e a unicidade da responsabilidade técnica sobre cada sistema (Climatização).
- 6.3. Composição da Proposta e Critérios de Aceitabilidade:
- 6.3.1. As propostas de preços deverão ser decompostas da seguinte forma para fins de julgamento:
- 6.3.2. Para a Manutenção Corretiva (Mão de Obra): Valor da Hora-Homem técnica ou preço fixo por intervenção, conforme definido na planilha de quantitativos.
- 6.3.3. Para as Peças e Componentes: Critério de Menor preço sobre uma tabela de referência oficial ou de mercado (ex: Tabela de Preços de Fabricantes ou pesquisa de mercado da Administração), nos termos do Art. 82, § 1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. Caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 6.4.1. Empresa que apresente melhor desempenho pretérito (atestados);
- 6.4.2. Empresa que desenvolva ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 6.4.3. Empresa que desenvolva programas de integridade (compliance).
- 6.5. Da Proposta Exequível (Preço Inexequível):
- 6.5.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o Art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, cabendo à licitante comprovar a viabilidade dos custos.

## 7. DA DESCRIÇÃO DAS NORMAS APLICÁVEIS

7.1. Os materiais empregados e os procedimentos de transportes e logísticas deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, em especial às dos órgãos e entidades abaixo:

- a) Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- b) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO
- c) Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA

## 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. As empresas licitantes deverão atender aos requisitos de qualificação técnica necessários e proporcionais, conforme art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) O licitante deverá ter registro no Órgão Fiscalizador Competente da Sede da Licitante.
- b) Comprovação de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da sua sede ou domicílio, em plena validade.
- c) Atestado de Capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou/presta serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto deste termo.

## 8.2. Capacidade Técnico-Operacional (Atestados)

- a) Apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou serviços de características semelhantes, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, abrangendo minimamente:
- b) Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização (ar-condicionado);

## 8.3. Registros nos Conselhos de Classe

- a) Registro da Empresa no CREA: Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região de sua sede, em plena validade.

## 9. DA DESCRIÇÃO DETALHADA

9.1. Todos os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados conforme recomendações dos fabricantes dos equipamentos de climatização, bem como em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, visando mantê-los em perfeito estado de funcionamento, consistindo em verificação geral, limpeza, ajustes, testes operacionais e demais procedimentos técnicos necessários.

9.2. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todas as peças, insumos, materiais e acessórios necessários à execução adequada dos serviços contratados, incluindo a substituição de componentes que apresentem desgaste natural pelo uso, observadas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

9.3. O quantitativo das rotinas de manutenção preventiva foi definido com base em relatório técnico e histórico de manutenções realizadas, elaborado por profissional habilitado, bem como alinhado com a gestão da Secretaria Municipal de Educação. Para tanto, foi definido que as manutenções serão realizadas baseadas na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO MENSAL	
1	Higienizar o filtro de ar; substituir se necessário.
2	Higienizar a serpentina da evaporadora com pistola de pressão e bolsa coletora.
3	Higienizar o moto-ventilador da condensadora, a sua saída de ar e carenagem.
4	Higienizar o sistema de dreno, a turbina e a carenagem da evaporadora.
5	Higienizar as tomadas de ar externo e as grelhas de insuflamento e retorno.
6	Verificar estado de conservação do filtro de ar.
7	Verificar se a água de condensação está sendo drenada livremente.
8	Verificar se há obstruções para a correta passagem de ar no insuflamento.
9	Verificar se há obstruções para a correta passagem de ar no retorno.
10	Efetuar a limpeza da bandeja de drenagem.
11	Verificar se existe superaquecimento de cabos ou conectores.
12	Efetuar reaperto dos conectores elétricos. Verificar o aterramento.
13	Verificar a existência de vazamentos de gás e corrigi-los.
14	Medir Tensão elétrica.
15	Medir Corrente elétrica.
16	Medir temperatura do ar. Ambiente, Retorno e Insuflamento.
17	Verificar, eliminar ou substituir conexões defeituosas.
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO TRIMENSAL	
1	Limpar a unid. condensadora externamente; não é necessário aplicar detergente.

2	Limpar a unid. evaporadora externamente; não é necessário aplicar detergente.
3	Substituir os filtros de ar descartáveis e higienizar o filtro de entrada de água.
4	Higienizar grelhas de insuflamento e retorno.
5	Lavar as unidades evaporadora e condensadora.
6	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigorígenas.
7	Medir pressões de funcionamento – Alta e Baixa.
8	Vistoriar os circuitos elétricos do sistema e realizar a análise da qualidade do ar.
9	Lavar a serpentina da unidade evaporadora.
10	Lavar as unidades evaporadora e condensadora.
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO SEMESTRAL</b>	
1	Vistoriar e corrigir se necessário, o isolamento das linhas frigorígenas.
2	No compressor, verificar fixação, vibrações ou ruídos anormais.
3	Verificar a existência de vazamentos de gás e corrigi-los.
4	Verificar/eliminar através de lixamento e pintura, eventuais focos de oxidação.
<b>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO ANUAL</b>	
1	Verificar a isolamento elétrica e a integridade física de mecanismos.
2	Apertar parafusos e verificar o estado de conservação de mecanismos internos.
3	Verificar o estado de conservação dos suportes metálicos da evaporadora.
4	Verificar o estado de conservação dos suportes metálicos da condensadora.
5	Verificar a isolamento elétrica dos motores e compressores.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas corridos, após a solicitação do setor requisitante, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- a) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- b) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) receber o objeto provisoriamente e, após verificação, efetuar o recebimento definitivo, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;

- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o fornecimento do objeto contratado.

11.4. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação do serviço, através da unidade responsável por esta atribuição.

11.5. Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

11.6. Serão considerados por efeito de pagamento, os serviços efetivamente realizados pela CONTRATADA e aprovado pelo setor responsável pelo estabelecimento.

## **12. DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

12.1. Os serviços serão executados nas unidades escolares mencionadas e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Rio Formoso/PE, cujos endereços completos serão informados à Contratada no momento da solicitação formal de cada demanda, por meio de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

## **13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. O fornecimento do objeto desta licitação será executado de forma parcelada, diretamente na Secretaria demandante, através de Requisições Formais da Prefeitura

13.2. Municipal e/ou das secretarias acima mencionadas, devidamente assinadas, contendo a completa identificação do local da entrega.

13.3. O fornecedor deverá manter atendimento diário, no mínimo das 6h às 18h, todos os dias da semana.

13.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13.5. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração designará formalmente fiscal(is) e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual.



13.6. O recebimento de material será confiado a uma pessoa (servidor) designado pela autoridade competente.

13.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **14. DO PRAZO**

14.1. Nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme art. 84 da referida Lei. Os contratos dela decorrentes terão vigência definida no instrumento contratual, observada a natureza da prestação.

#### **15. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

15.1. O pagamento do fornecimento ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das certidões negativas de débitos do INSS, FGTS, Trabalhistas, Tributos Federais, Estadual e Municipal, bem como do relatório de prestação dos serviços. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente da Contratada, devendo esta informar o número do Processo Licitatório, Nome do Banco e número da Agência e da Conta Corrente, como também registrá-los no próprio Recibo Fiscal.

15.4. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome do SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Rio Formoso, trazendo o número do empenho e do processo licitatório a que esta se refere.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas

15.6. saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas para aquisição/contratação dos materiais/fornecimentos decorrentes da presente licitação correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

ÓRGÃO - 02.00 - PODER EXECUTIVO		
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.04	2.027 / 2.028 / 2.032 / 2.033 / 2.035	33903900
<b>Secretaria de Educação</b>	6. Manutenção da Educação Básica/Salário Educação 7. Manutenção da Alfabetização 8. Manutenção do Ensino Infantil 9. Manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) 10. Manut. Despesas da Educação Precatórios (FUNDEF)	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.14	2.077 / 2.078	33903900
<b>FUNDEB</b>	3. Manutenção do Ensino Fundamental 30% 4. Manutenção do Ensino Fundamental 70%	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Rio Formoso, 20 de fevereiro de 2026.

**Diniz Matias Silva de Oliveira**  
Assistente Administrativo  
Matrícula nº. 610092

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 FMS**

**PREGÃO Nº 003/2026 FMS**

**CONTRATO Nº ...../ 2026**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)  
Secretaria Municipal de Educação DE Rio Formoso E  
A EMPRESA Informe o nome da contratada, PARA OS  
FINS QUE SE ESPECIFICAM.**

Aos Clique para informar o dia de expedição do contrato dias do mês de Clique para informar o mês de celebração do contrato do ano de Clique para informar o ano de celebração do contrato, o(a) Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: Clique para informar o CNPJ, com sede à Praça Agamenon Magalhães, s/nº, Centro, CEP: 55.570-000, Rio Formoso/PE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu/sua representante legal o(a) Sr(a). Clique para informar a autoridade competente, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Clique para informar o endereço da autoridade competente, portador(a) do RG nº. Clique para informar o RG, e do CPF nº Clique para informar o CPF, e do outro lado, a empresa Informe o nome da contratada, com sede à Informe o endereço da contratada inscrita CNPJ/NP sob o nº Informe o CNPJ, doravante aqui denominada apenas CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Informe o representante da contratada inscrito(a) no CPF/MF sob o nº Informe o CPF, portador(a) do cédula de identificação nº Informe documento de identidade, tendo em vista o que consta do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 FMS, na modalidade PREGÃO Nº 003/2026 FMS, Homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais pertinentes, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada, para seleção de proposta mais vantajosa para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital e proposta apresentada pela vencedora do PREGÃO Nº 003/2026 FMS.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT	MARCA	UNID.	PREÇO UNITÁRIO	REÇO TOTAL
01						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados até o prazo máximo de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL**

3.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ Informe o valor da contratação

3.2 – O preço será fixo e irrevogável.

3.3 – No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, cargas e descargas, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao fornecimento, bem como garantia, quando for o caso.

3.4. Medição de Serviços Periódicos (PMOC e Preventiva)

3.4.1. Estes serviços possuem natureza contínua e devem ser medidos mensalmente, desde que comprovada a execução integral do cronograma previsto.

a) Unidade de Medida: Mês (Parcela fixa).

b) Critério de Aceitação: Apresentação do Relatório Mensal de Manutenção Preventiva assinado pelo responsável técnico e pelo fiscal do contrato.

c) Atualização do Livro de Registros do PMOC em cada unidade.

3.4.2. Para a QAI (Qualidade do Ar Interior): Entrega do laudo laboratorial conforme periodicidade da RE 09/2003 da ANVISA.

3.4.3. Glosa: Caso algum item do cronograma preventivo não seja realizado, o valor da parcela mensal deverá ser reduzido proporcionalmente ao número de equipamentos negligenciados.

3.5. Medição de Manutenção Corretiva e Instalações

3.5.1. Serviços sob demanda, acionados por Ordem de Serviço (OS).

a) Unidade de Medida: Homem-Hora (HH) ou Posto de Trabalho (conforme definido no TR), ou ainda por Preço Global por Chamado.

b) Critério de Aceitação: Emissão de Ordem de Serviço contendo: data/hora do chamado, diagnóstico, descrição do serviço realizado e data/hora da conclusão.

c) Assinatura do responsável pela unidade de saúde atestando o restabelecimento do funcionamento do equipamento.

d) Teste de performance pós-reparo.

3.6. Medição de Peças, Suprimentos e Componentes

a) Critério de Aceitação: Comprovação da efetiva troca da peça (entrega da peça danificada à fiscalização, se solicitado).

b) Apresentação da Nota Fiscal de aquisição da peça pela contratada.

3.7. O fiscal do contrato, poderá rejeitar a parcela de execução do objeto, no todo ou em partes, nas seguintes hipóteses:



- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;
- c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

### **3.8 – Da forma de pagamento**

3.8.1 O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

3.8.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal pertinente e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

3.8.3 As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal pertinente, c/c artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

### **3.9. Condições de pagamento**

3.9.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal de contrato da unidade gestora após a execução dos fornecimentos.

3.9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Secretaria de Finanças, relativo ao fornecimento prestado no mês anterior.

3.9.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

3.9.3. O pagamento será efetuado em conformidade com os artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021, seguindo o rito abaixo:

3.9.3.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias (Art. 92, § 2º, inciso V), contados a partir do Recebimento Definitivo da nota fiscal, acompanhada do relatório de execução devidamente atestado pela fiscalização.

3.9.3.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamentos para cada fonte de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.9.3.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada acompanhada das provas de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, sob pena de retenção do pagamento até a regularização, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.9.4. Em caso de divergência sobre parte da fatura, a Administração deverá realizar o pagamento da parcela incontroversa no prazo regulamentar, para evitar o enriquecimento sem causa do ente público, conforme entendimento do TCU (Acórdão 1.508/2020 - Plenário) e Art. 143 da Lei 14.133/2021.

3.9.5. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação devidamente regularizada.

### 3.10. Retenções de glosas

- a) Glosas por Desempenho: Se os serviços não forem aceitos, o valor mensal será glosado proporcionalmente ao período de interrupção, independentemente da aplicação de sanções administrativas.

## CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas com a aquisição decorrentes do presente contrato correrão à Conta das dotações orçamentárias a seguir descritas:

ÓRGÃO – 02.00 – PODER EXECUTIVO		
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.04	2.027 / 2.028 / 2.032 / 2.033 / 2.035	33903900
Secretaria de Educação	11. Manutenção da Educação Básica/Salário Educação	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
	12. Manutenção da Alfabetização	
	13. Manutenção do Ensino Infantil	
	14. Manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA)	
	15. Manut. Despesas da Educação Precatórios (FUNDEF)	
UNIDADE	ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
02.14	2.077 / 2.078	33903900
FUNDEB	5. Manutenção do Ensino Fundamental 30%	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
	6. Manutenção do Ensino Fundamental 70%	

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES CONTRATANTES

### 6.1. Das obrigações da CONTRATADA

6.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

6.1.2. Executar o objeto do contrato, conforme fixado no Termo de Referência, anexo ao Edital contrato.

6.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

6.1.4. Atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.1.7. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

6.1.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

6.1.9. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste contrato.

6.1.10. Responsabilizar-se pelas correções na execução do objeto contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, quando ocorrer qualquer tipo de dano;

## **6.2. Das obrigações da CONTRATANTE**

6.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.2.2. Fiscalizar a manutenção pela Contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas no edital, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21.

6.2.3. Pagar no vencimento a fatura apresentada pela Contratada correspondente ao fornecimento do produto.

6.2.4. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, conforme as condições e limites permitidos por Lei:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Somente após decorridos 12 (doze) meses deste marco temporal é que poderá haver a aplicação do reajuste, em estrita observância ao Art. 135, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. O índice adotado para o reajuste dos preços será o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, por ser o índice oficial de inflação do país e melhor refletir a variação de custos de serviços e bens de tecnologia.

7.2.2. Da Fórmula de Cálculo O cálculo do reajustamento obedecerá à seguinte fórmula matemática:

$$R = V \times (I_o - I) / I_o$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

$I_0$  = Índice inicial (referente à data do orçamento ou da proposta);

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento.

### 7.3. Dos Procedimentos para Concessão

7.3.1. O reajuste não é automático por decurso de prazo no sistema de pagamentos; ele deve ser formalmente solicitado pela Contratada ou aplicado de ofício pela Administração após a verificação do direito.

7.3.2. O reajuste de preços (por índice) será formalizado por meio de Apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme o Art. 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. Caso o apostilamento ocorra após a data de aniversário do contrato, os efeitos financeiros retroagirão à data em que o direito foi adquirido (data-base).

### 7.4. Das Exceções e Revisão (Reequilíbrio)

7.4.1. Fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, serão tratados via Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão), mediante prova documental do desequilíbrio, independente do prazo de 12 meses (Art. 124, inciso II, alínea "d").

## CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização, serão procedidas conforme constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

8.1.1. Não será admitida a subcontratação de nenhuma parcela do objeto desta contratação, devendo a licitante vencedora executar diretamente todas as etapas relativas à implantação, configuração, manutenção dos sistemas (e-SUS e SGH) e fornecimento da infraestrutura tecnológica associada.

8.1.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se nos seguintes pilares, em consonância com o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021:

## CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



9.2. Serão aplicadas à responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

d) Multa:

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou instrumento equivalente;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida à Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

(3) compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta;

II – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

III – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

IV – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

V – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

VI – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

VIII – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

IX – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

X – utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XI – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIII – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XIV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de a Contratada enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XV – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVI – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

Nota Explicativa: É possível inserir hipóteses de multa e percentuais específicos para o fornecimento indicado, conforme detalhamento e especificidades indicadas no ETP ou TR, inclusive com periodicidade de atraso diferente do indicado no decreto (hora, quinzena etc)

e) O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

9.4.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

9.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia

9.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município.

9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Decreto Municipal pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

10.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

I. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

II. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

III. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

IV. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

11.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

11.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

12.1 – Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Formoso (PE) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio Formoso (PE), Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

Contratante

---

Contratada

### **TESTEMUNHAS:**

1ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 FMS

PREGÃO Nº 003/2026 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

O(a) **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº: Clique para informar o CNPJ, com sede à Praça Agamenon Magalhães, s/nº, Centro, CEP: 55.570-000, Rio Formoso/PE, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu/sua representante legal o(a) Sr(a). Clique para informar a autoridade competente, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Clique para informar o endereço da autoridade competente, portador(a) do RG nº. Clique para informar o RG, e do CPF nº Clique para informar o CPF, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO Nº 003/2026** Escolher um item., e de outro lado, as empresas adjudicatárias nos itens abaixo, homologada em Clique ou toque aqui para inserir uma data., doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Decreto Municipal Pertinente, que regulamenta o art. 82 da Lei nº 14.123/2021, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – **DO(S) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S)**: A partir desta data, fica(m) registrado(s) neste(a) **Secretaria Municipal de Educação**, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando seleção de proposta mais vantajosa para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionamento de ar, com fornecimento de peças e insumos, incluindo serviços eventuais de instalação e desinstalação de equipamentos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital e proposta apresentada pela vencedora do PREGÃO Nº 003/2026 Escolher um item..

empresa Informe o nome da contratada, com sede à Informe o endereço da contratada inscrita CNPJ/NP sob o nº Informe o CNPJ, telefone: (\_\_) \_\_\_\_\_, representada por seu(sua) Escolher um item., Sr(a). Informe o representante da contratada, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº Informe o CPF, portador(a) do cédula de identificação nº Informe documento de identidade

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2 – **DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO**: O ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado pelo(a) **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso** ou Interessados mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do PREGÃO Nº 003/2026 FME.

2.1 – O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de PREGÃO Nº 003/2026 FME.

2.2 – O(s) fornecedor (es) registrado(s), dentro dos quantitativos estimados, fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3 - **DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** o(a) **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4 - **DOS PREÇOS:** A qualquer tempo, conforme previsto no Decreto Municipal pertinente, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso** convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 – Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o órgão gerenciador poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

4.3 – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo(a) **Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso** à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

5 - **DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

6 - **DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

7 - **DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro de **Rio Formoso (PE)**, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Rio Formoso, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
ORDENADOR(A) DE DESPESAS

\_\_\_\_\_  
(EMPRESA)  
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_